



# RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2002

**FIBRA**  
FUNDAÇÃO ITAIPU - BR  
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Compromisso através do tempo

# Às vésperas

## de completar 15 Anos,

embora seja ainda uma instituição jovem para os padrões previdenciários, a FIBRA já apresenta números expressivos que demonstram a relevância de seu papel social, como garantia de um futuro digno para seus participantes, que, em conjunto com a Patrocinadora ITAIPU, ajudaram a constitui-la.

Basta dizer que, nos últimos três anos, de 2000 a 2002, a FIBRA despendeu R\$ 73 milhões em benefícios. Somente no exercício de 2002 foram mais de R\$ 29 milhões pagos aos aposentados e pensionistas.

O patrimônio previdenciário da Fundação - a parcela destinada exclusivamente à cobertura de benefícios atuais e futuros - se aproxima dos R\$ 600 milhões, o que demonstra a importância da capitalização da poupança previdenciária.

Mais importante, porém, do que esses dados financeiros, são aqueles que revelam o efetivo alcance social da Fundação. Em dezembro de 2002,

a FIBRA já estava garantindo a fruição de direitos a 743 assistidos (aposentados e pensionistas), com um total de 962 dependentes, formando um universo de mais de 1.700 pessoas que já dependem da Fundação para manutenção de seu padrão de vida.

Aos números dos que já usufruem benefícios podemos agregar os 1.507 empregados ativos, participantes da FIBRA, que estão cumprindo carências e outros requisitos de acesso ao benefício, confiando na capacidade da Fundação de honrar, no futuro, os compromissos regulamentares previstos.

Nesse confronto dos dados financeiros com os sociais é que se comprehende o verdadeiro sentido de uma entidade de previdência complementar.

Consciente da responsabilidade e dos desafios envolvidos na condução de uma entidade dessa natureza, a administração da FIBRA - representada pelos membros do Conselho de Curadores, do Conselho Fiscal, do Comitê de Investimentos, da Diretoria Executiva e da equipe técnica - está

permanentemente empenhada em assegurar a qualidade e a transparência da gestão, buscando o aprimoramento contínuo de seus processos e procurando antecipar-se em relação a questões que se apresentam para o futuro, em sintonia com os objetivos da Patrocinadora ITAIPU e visando ao melhor interesse dos participantes.

## PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Em dez.2002 a folha de pagamento de benefícios mensal da FIBRA atingiu R\$ 2,6 milhões, com um crescimento de 15% em relação ao ano anterior e 84,51% em relação a dez.1999. O ano se encerrou com 743 assistidos, que recebem um benefício de complementação médio de R\$ 3,5 mil mensais.

As tabelas abaixo apresentam a evolução desses números, em dezembro de cada ano:

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ASSISTIDOS						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
NÚMERO	478	634	651	680	724	743
EVOLUÇÃO	-32,64%	2,63%	1,38%	9,70%	2,62%	

EVOLUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS, EM R\$ MIL						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
VALOR	850	1.284	1.427	1.847	2.296	2.633
EVOLUÇÃO	-34,03%	11,14%	15,42%	20,34%	14,73%	

A evolução da quantidade de assistidos foi influenciada pelas aposentadorias decorrentes dos planos de incentivo da ITAIPU. Já a evolução da folha de benefícios, além do aumento da quantidade de assistidos, foi influenciada pela recuperação dos níveis salariais da Patrocinadora (2001) e pela elevação dos níveis inflacionários, especialmente nos últimos 3 anos.

## EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES

Em dez.2002, 1.301 participantes estavam usufruindo empréstimos concedidos pela FIBRA. No ano foram liberados R\$ 8,2 milhões, tendo o valor total da carteira de empréstimos encerrado o exercício com R\$ 14,2 milhões, cerca 12% superior ao do exercício anterior.

Em 2002, o indexador que vinha corrigindo os empréstimos teve desempenho inferior à exigência legal de que a remuneração dos empréstimos aos participantes não seja inferior à meta atuarial. Assim a FIBRA viu-se obrigada a, em dez.2002, modificar o indexador que será aplicado aos novos empréstimos, substituindo a Taxa Referencial de Juros (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Como compensação parcial pela substituição do índice, a FIBRA diminuiu a taxa de juros acrescida ao indexador, de 1% a.m para 0,7% a.m.

Também foram feitas campanhas para redução do percentual de inadimplência (em torno de 3%) no grupo de empregados ativos, cujo pagamento é feito por cobrança bancária. A resposta dos participantes foi muito positiva, demonstrando o elevado nível de consciência de todos em colaborar para que a FIBRA possa continuar a oferecer esse benefício, a custo módico, a seus participantes.

## QUALIDADE NO ATENDIMENTO

Continua sendo uma prioridade o bom atendimento aos participantes, por meio de profissionais qualificados e sempre dispostos a prestar as informações e os esclarecimentos necessários. Os resultados desse empenho se refletem na pesquisa realizada em 2002 por empresa especializada: entre os que responderam à questão, 93% dos assistidos e 99% dos ativos consideraram bom ou ótimo o último atendimento prestado pela FIBRA.

## FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

O jornal FIBRANOTÍCIAS continua sendo o principal meio de fornecimento de informações da FIBRA aos participantes. Em 2002, aquele periódico reestruturou sua diagramação, buscando melhorar ainda mais seu conceito entre os leitores. Também passaram por remodelações as páginas da FIBRA na INTERNET e na INTRANET. Com um visual mais leve e agradável, esses veículos tornaram a obtenção de informações a respeito da FIBRA ainda mais fácil. Esses meios de comunicação, porém, não substituem o contato direto dos participantes com os Diretores e a equipe da FIBRA, que estão sempre disponíveis para fornecer os esclarecimentos que se fizerem necessários, por telefone, por e-mail ou pessoalmente.

## PESQUISA DE OPINIÃO

Em 2002 foi realizada, por intermédio de empresa especializada, a terceira pesquisa de opinião entre os participantes ativos e assistidos.

Os resultados dessa pesquisa confirmam os das anteriores, realizadas em 2000 e 2001: continua alto o nível de satisfação e confiança dos participantes no Plano de Benefícios e nos serviços oferecidos pela FIBRA.

Destacam-se, nessa última pesquisa, os seguintes pontos: I) numa escala de 0 a 10, a nota média atribuída pelos participantes ativos foi 8,5 e pelos participantes assistidos foi 9,1; II) 92% dos ativos e 96% dos assistidos declararam estar satisfeitos com a transparéncia das informações prestadas pela FIBRA; e III) 91% dos participantes da FIBRA consideram os investimentos bem administrados.

Os resultados da pesquisa permitem diversos tipos de análise e de cruzamento de informações, fornecendo subsídios à Diretoria para o melhoramento contínuo.

## ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Na continuidade do processo de atualização cadastral dos participantes da FIBRA, em 2002 o número de participantes com pendências de comprovação de tempo de serviço foi reduzido de 542 para 130. Com isso, os cálculos atuariais da FIBRA se tornam cada vez mais precisos e as planilhas com simulações de direito de aposentadoria podem ser fornecidas com maior exatidão.

## ATUAÇÃO ASSOCIATIVA

A FIBRA mantém forte vínculo com as entidades representativas do setor previdenciário, ciente de que o intercâmbio de experiências com elas traz muitos resultados positivos em termos de melhoria dos processos e de colaboração com o sistema previdenciário brasileiro, tendo sempre como pano de fundo a defesa do interesse dos participantes da Entidade.

Entre outras formas de interação da FIBRA com as entidades do Setor, destacam-se:

- 1) A FIBRA integra o Conselho Deliberativo da ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada, tendo sido alçada a essa posição por meio de eleição realizada em 2001;
- 2) O Diretor Administrativo e Financeiro da FIBRA ocupa também uma das Diretorias da PREVIPAR - Associação de Fundos de Pensão do Paraná;
- 3) O Gerente do Departamento Financeiro da FIBRA ocupa uma das Diretorias da ANCEPP - Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades Fechadas de Previdência Privada, e tem participação ativa no Grupo Técnico de Contabilidade da SPC - Secretaria de Previdência Complementar;
- 4) O Analista de Comunicação da FIBRA integra a Comissão Técnica Nacional de Comunicação da ABRAPP;
- 5) A FIBRA também participa das Câmaras Técnicas da PREVIPAR, por meio de seus vários técnicos.

## DESENVOLVIMENTO DA EQUIPE

Em 2002 foi concluída a maior etapa do processo de renovação do quadro de pessoal da FIBRA, em decorrência de aposentadorias. Nesse período aposentaram-se 6 profissionais, todos com mais de 10 anos de serviço prestado, dos quais 2 em cargo gerencial. Administrar essa transição, contratando novos profissionais e treinando a equipe para substituí-los, foi uma tarefa que exigiu antecipação e planejamento, de forma a não gerar problemas na continuidade dos serviços prestados, nem perda da memória da fundação. Essa questão foi particularmente complexa na FIBRA, em face do reduzido quadro de pessoal (34 empregados) e do elevado nível de especialização (26% cursando nível superior e 65% com nível superior, dos quais 47% com pós-graduação). Apesar das dificuldades a ele inerentes, o processo foi concluído com pleno sucesso na FIBRA, que mais uma vez mostrou a capacidade de adaptação, o compromisso e a elevada qualificação de seus técnicos.

## CONSOLIDAÇÃO DE CONQUISTAS

A busca da excelência é um processo permanente. E a FIBRA tem avançado sempre nesse sentido. Uma vez que o certificado ISO, obtido em 1999, expirava no final de 2002, a FIBRA continuou buscando melhorias na gestão da qualidade, adquirindo e implantando um sistema informatizado que melhorou enormemente o controle dos processos.

Com isso, em fev.2003 a FIBRA se submeterá a novo processo de certificação, desta vez não mais na versão 1994 da norma, mas na sua versão 2000.

Também o planejamento estratégico continua sendo importante instrumento de avaliação de cenários, identificação de riscos e planejamento de ações que sejam identificadas como necessárias e adequadas para garantir o futuro da FIBRA.

## **ENFRENTAMENTO DE DESAFIOS**

Administrar uma entidade de previdência envolve, além da qualidade da gestão nas atividades rotineiras, a atuação em matérias extraordinárias que exigem posicionamento imediato, como também ações preventivas em questões que possam, no futuro, causar alguma ameaça.

A seguir listamos algumas das questões relevantes enfrentadas no exercício de 2002:

### **Alteração do Estatuto**

Em consonância com a legislação previdenciária, foi elaborado pela FIBRA e aprovado pela ITAIPU um novo Estatuto. Entre as alterações introduzidas, destacam-se (I) o estabelecimento de eleições para representantes dos assistidos e dos empregados ativos nos Conselhos de Curadores e Fiscal e (II) a alteração da composição do Conselho de Curadores de 7 para 6 membros, e do Conselho Fiscal de 3 para 4 membros.

### **Estudos para Alterações no Regulamento do Plano de Benefícios Vigente**

Buscando aumentar a segurança do Plano de Benefícios, bem como atender a dispositivos da legislação que introduziram novas exigências, a FIBRA - com intensa participação de seus técnicos, da Diretoria, dos consultores e do Conselho de Curadores - vem desenvolvendo estudos de alterações no regulamento do Plano de Benefícios. Esses estudos deverão estar concluídos no 1.o semestre de 2003, quando serão submetidos à avaliação e aprovação da patrocinadora ITAIPU e da Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

### **Estudos para Avaliação de Novo Plano de Benefícios**

A FIBRA desenvolveu, por meio de consultoria da Towers Perrin e de um grupo de trabalho com representantes da própria Fundação, da Patrocinadora e dos empregados desta, a primeira etapa de um estudo para eventual constituição de um novo plano de benefícios, na modalidade de Contribuição Definida. Os resultados iniciais foram submetidos à avaliação da Patrocinadora, que opinará sobre a conveniência da continuidade desses estudos.

### **A Busca de Tratamento Tributário Justo**

Conforme divulgado aos participantes em fev.2002, neste ano a FIBRA efetuou depósitos judiciais, relativos a questões tributárias, de mais de R\$ 45 milhões - que deixaram de compor o patrimônio da Fundação - com vistas à adesão à anistia tributária prevista na MP 2.222, que permitia o pagamento de impostos referentes aos últimos 5 anos sem a incidência de juros e multas.

Apesar de ter optado pela anistia mediante depósito judicial, a FIBRA continua tentando reaver esses recursos, mediante teses jurídicas diversas, especialmente considerando-se o tratamento não isonômico estabelecido pela MP 2.222, que, em relação aos últimos 5 anos, estabeleceu a tributação sobre entidades fechadas (que não visam lucros) e isentou as entidades abertas (que visam lucros). Essa estratégia jurídica foi amplamente discutida com os colegiados da FIBRA e com a Diretoria da Patrocinadora, tendo sido definida como linha mestra a busca de todos os instrumentos legais para a defesa do patrimônio da Fundação, evitando-se o pagamento de tributos com exigibilidade discutível.

## Recebimentos dos Valores Correspondentes aos Títulos de Alagoas

Desde 1997 a FIBRA vinha desenvolvendo esforços para o recebimento dos valores correspondentes aos títulos de emissão do Estado de Alagoas, adquiridos na gestão abr.94-mar.97. O assunto teve evolução complexa, envolvendo aspectos negociais e jurídicos discutidos entre os credores, o Estado de Alagoas e a União, com a intervenção de escritórios de advocacia de Brasília, Alagoas, Rio de Janeiro e Curitiba, e amplos debates no âmbito da Diretoria da FIBRA, do Conselho de Curadores e da Diretoria da Patrocinadora.

Após muitas rodadas de negociação, mediante Acordo firmado entre o Estado de Alagoas e seus credores, o primeiro concordou em implementar o contrato de refinanciamento com a União, mediante concessão de desconto pelos credores. Depois de analisados pela área jurídica e aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Curadores, o Acordo e o Contrato de refinanciamento foram firmados, resultando no recebimento pela FIBRA de R\$ 33,7 milhões em títulos federais, conforme divulgado aos participantes em set.2002.

Restam ainda pendências judiciais a serem sanadas, decorrentes das novas condições estabelecidas pela Resolução 53/02, do Senado Federal, que continuam sendo objeto de equacionamento pelos escritórios de advocacia contratados.

## Avanço importante Para a solução de pendências Imobiliárias

Os imóveis dados em 1993 pela Patrocinadora à RBRA, em pagamento de dívida, localizados em Foz do Iguaçu, possuem pendências que têm impedido sua plena utilização. Permanecem também diferenças referentes ao critério de atualização de valores utilizado por ocasião da cotação da dívida pela ITAIPU. Essa questão foi, inclusive, objeto de apuração pela fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar e, com relação a ela, vem-se buscando uma solução.

Os temas vinhiam sendo tratados mediante troca de correspondências entre a FIBRA e a Patrocinadora. Em jun.2002 a ITAIPU constituiu Grupo de Trabalho específico para analisar a questão, que apresentou seu relatório final em dez.2002. Ainda que não estejam formalmente解决adas as pendências, o relatório final desse Grupo de Trabalho, acatado pela Patrocinadora por meio da RDE-220/02, representa um marco no reconhecimento da situação e no encaminhamento de alternativas de solução, que serão analisadas pela FIBRA e objeto de decisão durante o 1.o semestre de 2003, em conjunto com a ITAIPU.

## Mudança da Sede da Fibra

Em mar.2002 a FIBRA mudou sua sede para o Edifício Parigot de Souza, junto às instalações da Patrocinadora. Tal medida deveu-se tanto à necessidade de liberar, a um locatário interessado o espaço antes ocupado pela FIBRA no Edifício Centro Comercial Itália, como à conveniência da redução de custos e da maior integração proporcionada pela ocupação de uma área junto à Patrocinadora.

## Auditórias

A FIBRA submete-se, usualmente, a auditorias de balanço, à auditoria interna da ITAIPU e à auditoria de qualidade (ISO). Em 2002, foram realizadas quatro novas auditorias, em adição às usuais: auditoria atuarial, auditoria de benefícios, auditoria de gestão de investimentos e auditoria de acompanhamento da execução do plano de enquadramento da FIBRA no limite de investimentos em terrenos. Em todos, os resultados tem demonstrado a adequação da FIBRA às normas vigentes.





## EXERCÍCIO DE 2002

O resultado anual da FIBRA é consequência da variação conjunta de dois grandes números, o Passivo e o Ativo, que serão mostrados a seguir: a)Passivo Atuarial (denominado Provisão Matemática): representa o valor atual dos compromissos atuais (benefícios já concedidos) e futuros (benefícios a conceder), já descontada a expectativa de recebimento de contribuições futuras; b)Ativo Líquido: representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder, já descontadas as provisões diversas, em especial para questões tributárias.

### Evolução das provisões matemáticas (Passivo Atuarial)

O Passivo Atuarial, calculado de forma probabilística, é influenciado principalmente por variáveis biométricas (expectativa de vida, invalidez, idade média, etc.) e econômicas (salário médio, crescimento salarial, expectativa de juros no longo prazo, etc.). Em 2002 o Passivo Atuarial da FIBRA foi acrescido em R\$ 101,1 milhões. O quadro abaixo apresenta o passivo atuarial nos últimos 5 anos, acompanhado do crescimento nominal e percentual em cada ano.

### PASSIVO ATUARIAL

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
PASSIVO ATUARIAL	R\$ MIL 227.943	257.573	298.281	373.739	468.022	569.139
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	R\$ MIL 36.060	29.830	40.707	75.458	94.283	101.117
	% 18,80%	13,00%	15,80%	25,30%	25,23%	21,61%
META ATUARIAL PROJETADA (INPC +6% (DEZ-NOV)	10,33%	8,79%	14,57%	11,79%	15,78%	19,29%

Nos últimos 3 anos, o passivo atuarial vem crescendo a taxas superiores a 20%. Em 2000 essa questão foi particularmente influenciada pela mudança

da tábua de mortalidade, com utilização de uma longevidade maior e, consequentemente, com aumento das provisões necessárias para pagamento de benefícios. Em 2001 essa questão envolvera especialmente as consequências da recuperação salarial empreendida pela Patrocinadora. Já em 2002 o efeito conjunto de um Índice inflacionário elevado com a elevação da média salarial dos últimos 36 meses se refletiu, também, sobre o crescimento do passivo atuarial.

### EVOLUÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

O Ativo Líquido da FIBRA – parcela líquida do patrimônio reservada para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder – teve acréscimo de R\$ 118,9 milhões no exercício, com aumento de 25,53% sobre o exercício anterior, em decorrência basicamente da rentabilidade dos investimentos.

Maiores detalhes sobre a rentabilidade da FIBRA serão abordados na sequência deste relatório.

### RESULTADO DE 2002

Os números do Passivo Atuarial e do Ativo Líquido, que compõem o resultado da FIBRA, indicam que:

- I) O Passivo Atuarial teve acréscimo de R\$ 101,1 milhões;
- II) O Ativo Líquido teve acréscimo de R\$ 118,9 milhões.

A diferença entre a variação do Passivo Atuarial e do Ativo Líquido demonstra a origem do Superávit Técnico de R\$ 17,8 milhões no exercício de 2002. Deduzindo-se desse Superávit o Resultado Acumulado do ano anterior (Déficit de 2,2 milhões), obtém-se o atual Superávit Técnico Acumulado de R\$ 15,6 milhões. O quadro a seguir apresenta esses números em detalhes:

RESERVAS	2001 R\$ Mil	2002 R\$ Mil	VARIAÇÃO R\$ MIL	VARIAÇÃO %
RESERVA MATEMÁTICA (PASSIVO ATUARIAL)	468.022	569.139	101.117	21,61%
RESERVA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	275.362	311.591	36.229	13,18%
RESERVA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	226.814	299.748	72.934	32,18%
RESERVA A ARMOTIZAR	(34.154)	(42.200)	18.046	23,56%
ATIVO LÍQUIDO	465.834	584.784	118.950	25,53%
RESULTADO ACUMULADO	(2.188)	15.645	17.883	-

## CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As receitas de contribuições das Patrocinadoras e dos participantes, de R\$ 27,8 milhões, tiveram acréscimo de 16,23% em relação ao exercício anterior, conforme quadro abaixo:

ORIGEM DA CONTRIBUIÇÃO	2001 R\$ Mil	2002 R\$ Mil	VARIAÇÃO %
<b>PATROCINADORA</b>			
NORMAL	12.045	13.878	15,22%
SUPLEMENTAR	1.883	2.146	15,20%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>13.908</b>	<b>16.024</b>	<b>15,21%</b>
<b>PARTICIPANTES</b>			
ATIVO	8.415	7.558	-17,82%
AUTOPATROCINADOR	282	213	-24,47%
APOSENTADO	2.127	2.604	22,43%
JÓIA, TAXA DE INSCRIÇÃO E OUTRAS	1.205	1.424	18,17%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>10.029</b>	<b>11.799</b>	<b>17,65%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>23.937</b>	<b>27.823</b>	<b>16,23%</b>

## DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS COM O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Em 2002, a FIBRA pagou R\$ 29,5 milhões em benefícios, com acréscimo de 24,8% em relação ao ano anterior, em razão do aumento da quantidade de assistidos de reajuste salarial.

TIPO DE BENEFÍCIO	2001 R\$ Mil	2002 R\$ Mil	VARIAÇÃO %
<b>MENSAL CONTINUADO</b>			
APOSENTADORIA	21.334	26.045	22,08%
PENSÃO	2.077	2.720	30,96%
AUXÍLIO RECLUSÃO	9	10	11,11%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>23.420</b>	<b>28.775</b>	<b>22,87%</b>
<b>PAGAMENTO ÚNICO</b>			
RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO	189	690	285,08%
AUXÍLIO FUNERAL	2	2	0%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>191</b>	<b>692</b>	<b>262,30%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>23.611</b>	<b>29.467</b>	<b>24,80%</b>

## SALDO ENTRE RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS

O saldo entre Receitas e Despesas do Programa Previdencial, pelo regime de competência, foi o seguinte:

DESCRÍÇÃO	2001 R\$ Mil	2002 R\$ Mil	VARIAÇÃO %
RECEITA DO PROGRAMA PREVIDENCIAL	23.937	27.823	+16,23%
I-) DESPESAS COM PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS CONTINUADOS	(23.420)	(28.775)	+22,87%
I=) SUBTOTAL (RECEITAS MENOS DESPESAS CONTINUADAS)	517	(952)	-
I-) DESPESAS COM BENEFÍCIO ÚNICO	(191)	(692)	+262,30%
I=) SALDO DO EXERCÍCIO	326	(1.644)	-

Esse saldo indica apenas que a FIBRA está alcançando sua maturidade econômico-financeira, não representando risco ao Plano de Benefícios, uma vez que ela adota o regime de capitalização, podendo operar até mesmo sem receita previdencial, desde que o Ativo Líquido seja suficiente para honrar os compromissos atuais e futuros.

## INVESTIMENTOS NO MERCADO FINANCEIRO

### Mercado Financeiro em 2002

No âmbito internacional, 2002 ficará marcado pelo agravamento das situações no Oriente Médio, pela possibilidade da intervenção militar norte-americana no Iraque e pela volta da corrida armamentista nuclear. O desfecho sobre o plano econômico foi sentido no preço do barril do petróleo, na queda das bolsas de valores em todo o mundo e no nível de atividade econômica, que ficou abaixo do esperado.

No Brasil, a delicada situação econômica foi alvo de duros ataques, ora por políticas desencontradas do Banco Central, ora pelas incertezas geradas durante a campanha para a eleição do Presidente da República. Entre os eventos econômicos que afetaram duramente o mercado financeiro durante o ano, podemos destacar a mudança da legislação sobre a marcação a mercado dos títulos de renda fixa, que resultou numa perda recorde para a indústria de fundos de investimentos, e a dificuldade na

rolagem das dívidas cambiais, que elevara o dólar a patamares próximos aos 4 reais.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e o posicionamento econômico cuidadoso de sua equipe para acalmar os mercados surtiram efeito na busca da retomada da confiança dos investidores.

O agravamento da situação externa e a volta das pressões inflacionárias, porém, ainda permaneceram como as grandes dúvidas no final do ano.

### Comportamento da Renda Fixa

O cenário de instabilidade do início de 2002 foi agravado pela mudança, em maio, nas regras de precificação dos ativos dos fundos de investimento. Esse processo gerou intranquilidade e corrida de saquecontra esses fundos, realimentando um processo de perda de rentabilidade e/ou até mesmo patrimonial, em alguns casos. Apesar de ter grande parte de sua carteira alocada em fundos de investimentos abertos, a FIBRA foi pouco afetada por esse movimento, mas sua rentabilidade no primeiro semestre ficou um pouco abaixo do esperado.

A FIBRA, então, alterou a estratégia de alocação da carteira de renda fixa, migrando os recursos dos fundos de investimentos abertos para fundos exclusivos com gestão própria. Comprando papéis ofertados pelo mercado com boa expectativa de rentabilidade, a FIBRA conseguiu não só reverter o desempenho desfavorável do 1º semestre de 2002, como superar, de forma expressiva, o seu índice de referência. Ao final do ano, a rentabilidade da FIBRA em renda fixa foi de 22,3% (16,70% acima da taxa do CDI), sem considerar os valores recebidos de títulos de Alagoas.

Considerando-se os valores recebidos por esses títulos, essa rentabilidade foi de 32,77% no ano, correspondente a 71,70% acima da taxa do CDI.



Apesar de a FIBRA ter obtido rentabilidade em renda fixa superior ao índice de referência (benchmark), é importante mencionar que esse mercado ofereceu taxas reais reduzidas, devido à elevação dos índices inflacionários. Descontada a inflação, os títulos federais renderam menos do que 6% ao ano, que é a meta atuarial da FIBRA.

Por esse motivo, dar atenção à adequada alocação de recursos, num horizonte de retorno de longo prazo, tem sido estratégia fundamental da política de investimentos da FIBRA, sob pena de a Entidade, concentrando as aplicações em um único segmento, não poder alcançar a rentabilidade necessária para manter o plano de benefício equilibrado.

### Comportamento da Renda Variável

A bolsa de valores iniciou 2002 em alta, mas apresentou grande volatilidade, influenciada pelas sucessivas crises, tanto nacionais quanto internacionais. Os índices de referência das bolsas de valores refletiram essa crise: I) o índice que mede a variação das ações mais líquidas da Bolsa de Valores de São Paulo, o Ibovespa, terminou o ano com variação de -17,80%; II) o índice IBX, que possui outra composição de medição da variação do valor das ações da Bolsa de Valores de São Paulo, encerrou o ano com pequena variação positiva, de +4,78%.

A FIBRA possui uma parcela de seu patrimônio alocada em investimentos em renda variável – em torno de 15% – tanto atrelados ao índice Ibovespa quanto ao índice IBX, objetivando, em horizontes de prazos mais longos, auxiliar na obtenção de rentabilidade que coopere na superação da meta atuarial.

No exercício de 2002, a rentabilidade obtida pela carteira de renda variável da FIBRA foi de -10,07% sobre o estoque de recursos que já estavam alocados nesse segmento. No entanto, sobre os novos recursos alocados em meados de 2002 (em torno de R\$ 7,5 milhões) a rentabilidade em 5 meses foi em média de +17%, gerando um resultado positivo de R\$ 1,2 milhão, que contribuiu para diminuir o efeito negativo da rentabilidade sobre os recursos que já estavam no estoque. Esses novos aportes foram feitos mediante discussões no âmbito do Comitê de Investimentos da FIBRA, em consonância com a Política de Investimentos aprovada.

Ainda que, no ano, a rentabilidade de renda variável tenha sido inferior à necessidade atuarial, a rentabilidade de -10,07% obtida pela FIBRA foi superior à oferecida pelo Ibovespa (-17,80%), mas inferior ao benchmark adotado pela FIBRA em renda variável (40% do Ibovespa e 60% do IBX), que ficou em -4,71%.

A expressiva diferença de rentabilidade, de mais de 22% entre os resultados do Ibovespa e do IBX no ano (-17,80% e +4,78%, respectivamente), associada com a diferença entre a alocação da

FIBRA e seu benchmark (a FIBRA estava com menor exposição no IBX do que o previsto em seu benchmark), foram os fatores que geraram a diferença entre o resultado alcançado pela FIBRA em renda variável e o resultado previsto. Durante 2002, medidas foram tomadas pela FIBRA para estabelecer o equilíbrio da carteira entre os indexadores Ibovespa e IBX, buscando, no médio prazo, obter o desejo efeito de aproximação entre a performance da carteira de renda variável da FIBRA e do seu benchmark teórico.



## Estratégia de Investimentos

Em 2002 a FIBRA manteve uma alocação conservadora, similar ao exercício anterior – com pequeno rebalanceamento entre renda fixa e renda variável, em sintonia com a política de investimentos.

Na renda fixa, a FIBRA privilegiou aplicações com juros pós-fixados, operando com juros prefixados quando o cenário sinalizava condições favoráveis e aumentando a posição em títulos indexados a índices de preços para defender-se da possibilidade de elevação da inflação.

No grupo de títulos indexados a índices de preços, foram aplicados recursos em papéis de mais longo prazo, que oferecem melhor taxa de retorno. Parte desses recursos foram aportados em títulos do governo federal e parte em debêntures classificadas como investimentos de "baixo risco de crédito", segundo análise de empresas especializadas em classificação de risco. Buscando alternativas para a baixa rentabilidade real de renda fixa, foram também realizados estudos de oportunidades de aplicações de recursos em investimentos produtivos.

Nesse segmento foi iniciada uma aplicação em um fundo de investimentos no setor de óleo e gás, cujo valor total será aportado à medida que o fluxo de caixa dos projetos demandar. A estimativa de aplicação da FIBRA nesse fundo é de R\$2,5 milhões.

A Política de Investimentos da FIBRA foi revista no final de 2002, mantendo-se as condições básicas da Política anterior com alguns ajustes no que se refere a limites e objetivos de alocação e risco de mercado.

## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Os valores integrantes da carteira de investimentos chegaram próximos a R\$ 600 milhões, apresentando a seguinte composição:

SEGMENTOS	2001 R\$ Mil	2001 %	2002 R\$ Mil	2002 %
INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	392.866	75,12%	452.031	77,04%
INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	82.394	15,75%	82.742	14,10%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	12.809	2,41%	14.186	2,41%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	35.133	6,72%	37.857	6,45%
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>523.102</b>	<b>100,00%</b>	<b>586.796</b>	<b>100,00%</b>

## RENTABILIDADE DA FIBRA NO EXERCÍCIO

Além dos rendimentos obtidos em renda fixa e renda variável já citados neste relatório, a FIBRA obteve rentabilidade de 15,95% nos empréstimos a participantes e de 18,68% nos imóveis, considerando a reavaliação realizada.

A rentabilidade geral da FIBRA, apurada pelo atuário pelo método de Taxa Interna de Retorno com fluxo mensal, foi de 25,39%, superior, portanto, à meta atuarial de 19,29% (INPC + 6% com defasagem de 1 mês) ou 21,73% (variação salarial + 6% ao ano).

SEGMENTOS	RENTABILIDADE OBTIDA PELA FIBRA	PARÂMETROS DE MERCADO
Geral (1)	25,39%	RMA (INPC + 6%) 19,29%
Renda Fixa (2)	32,77%	BMA (varsal + 6%) 21,73%
Renda Fixa (3)	22,28%	CDI 19,10%
Renda Variável	-10,07%	IBOVESPA -17,80%
		IBX 4,78%
		40% IBOV + 60% IBX -4,25%
Imóveis (4)	18,68%	0,9% do valor dos imóveis para locação 7,57%
Empréstimos a participantes	15,95%	INPC + 6% 21,62%

(1) Se não houver variação no resultado de ITC-E referente à taxa de câmbio, a rentabilidade geral será de 15,95%.

(2) Com resultado de ITC-E referente à taxa de câmbio.

(3) Sem resultado de ITC-E.

(4) Imóveis = com reavaliação realizada em dez/2002.



Os compromissos da **FIBRA** com seus participantes não estão limitados ao encerramento deste exercício e nem tampouco ao próximo.

Eles se projetam para o futuro, incluindo tanto os atuais participantes - ativos e assistidos - como aqueles que ainda estarão nestas condições.

**FIBRA:** um compromisso através do tempo.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31.12.2002

## BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$ MIL	
ATIVO	2002	2001
<b>DISPONÍVEL</b>	11	2
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>590.022</b>	<b>525.975</b>
Programa Previdencial	3.312	2.063
Programa Administrativo	14	10
<b>Programa de Investimentos</b>	<b>586.790</b>	<b>523.102</b>
Renda Fixa	452.031	332.966
Renda Variável	12.742	32.394
Investimentos Imobiliários	37.857	35.133
Operações com Participantes	14.166	12.609
<b>TERMINATIVO</b>	<b>395</b>	<b>262</b>
Desbocado	207	234
Débito	88	20
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>590.420</b>	<b>526.239</b>

  

	R\$ MIL	
PASSIVO	2002	2001
Programa Previdencial	239	176
Programa Administrativo	296	316
Programa de Investimentos	1.464	710
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>0</b>	<b>55.037</b>
Programa de Investimentos	0	35.037
<b>EXIGÍVEL ATUARIAL</b>	<b>569.139</b>	<b>468.022</b>
PROVISÕES MATEMÁTICAS	359.139	460.022
Benefícios Concedidos	331.391	275.352
Benefícios à Consórcio	799.748	226.814
Posições Matemáticas a Contabilizar (-)	(47.200)	(34.154)
<b>RESERVAS E FUNDOS</b>	<b>19.290</b>	<b>3.358</b>
EQUILÍBRIO TÉCNICO	15.649	(2.188)
RESULTADO LIMAÇAO/DIF.	13.645	(2.188)
Supervisão Técnico-Accumulado	15.645	0
Déficit Técnico (-)	0	(2.188)
<b>FUNDOS</b>	<b>3.645</b>	<b>3.346</b>
Programa Administrativo	3.206	2.931
Programa de Investimento	429	415
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>590.420</b>	<b>526.239</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	R\$ MIL	
DISCRIMINAÇÃO	2002	2001
<b>PROGRAMA PREVIDENCIAL</b>		
(+) Recursos Eletrizados	32.612	23.048
(+) Recursos Utilizados	(29.467)	(33.511)
(+) Contribuições de Contribuintes	(92)	(10)
(-) Custos Administrativos	(4.701)	(3.112)
(+) Resultado dos Investimentos Previdenciais	120.683	53.729
(+) Contribuições do Plano de Aposentadorias	(301.117)	(69.303)
<b>(=) Saldo de Créditos/Balanços do resultado</b>	<b>(17.003)</b>	<b>(38.747)</b>
<b>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</b>		
(+) Recursos Eletrizados de Outros Programas	4.708	3.112
(+) Rendas	14	2
(+) Despesas	(147)	(33.705)
(+) Contribuições de Contribuintes	(534)	2
(+) Resultado dos Investimentos Administrativos	676	113
<b>(=) Contribuições de Fundos</b>	<b>(273)</b>	<b>(724)</b>
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2.002</b>	<b>2.001</b>
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>		
(+) RENDA FIXA	115.136	57.253
(+) RENDA VARIÁVEL	(7.123)	(1.024)
(+) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	5.971	2.460
(+) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7.475	1.416
(+) RELACIONADOS COM OBTURADORES	(677)	(119)
(+) RELACIONADOS COM TRIBUTOS	(2.254)	(694)
(+) OUTROS	(1.937)	328
(+) Reversão de Contingências	10.049	1.345
(+) Resultado Transferido de Outros Programas	(121.359)	(55.514)
<b>(=) Constituições/Transferências de Fundos</b>	<b>(205)</b>	<b>46</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO

DISCRIMINAÇÃO		R\$ MIL		DISCRIMINAÇÃO		R\$ MIL		
(+) PROGRAMA PREVIDENCIAL	<b>2.709</b>	<b>4.922</b>	(+) Despesas Futuras	<b>3</b>	<b>(2)</b>	(+) Permanente	<b>(134)</b>	<b>(20)</b>
+ Entradas	32.028	28.585	(+) Demais Realizações/Expedições	<b>(97)</b>	<b>0</b>	(+) Créditos de Contingências	<b>(514)</b>	<b>0</b>
+ Rendimentos/Retornos	32.612	28.546						
+/- Rendimentos a Pagar	(345)	325						
+/- Outros Realizáveis/Exigíveis	(219)	12						
- SAÍDAS	<b>(29.259)</b>	<b>(23.663)</b>						
- Reduções Utilizadas	(29.437)	(23.511)						
+/- Utilizações a Pagar	290	(36)						
+/- Créditos de Contingências	(30)	(30)						
(+) PROGRAMA ADMINISTRATIVO	<b>(5.369)</b>	<b>(3.632)</b>						
+ Entradas	<b>14</b>	<b>5</b>						
+ Rendas	14	3						
+ Outros Realizáveis/Exigíveis	0	3						
- SAÍDAS	<b>(5.382)</b>	<b>(3.637)</b>						
- Despesas	(4.671)	(3.729)						
+/- Despesas a Pagar	(37)	01						
			(+) Mudanças Disponibilidades	<b>0</b>	<b>(3)</b>			
			(+) Variação nas Disponibilidades	<b>0</b>	<b>(3)</b>			

## DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS - Plano de Benefícios da FIBRA - código - 00571001

ATIVO		R\$ MIL		PASSIVO		R\$ MIL	
ATIVO		2002	2001	PASSIVO		2002	2001
DISPONÍVEL		500.429	526.239	PASSIVO		500.428	526.238
CONTAS A RECEBER		11	2	CONTAS A PAGAR		1.999	1.222
APlicações		3.226	2.873	VALORES EM LITÍGIO		0	10.337
Renda Fixa		506.795	523.302	COMPROBÍGIOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS		519.159	486.022
Renda Variável		932.034	792.066	FUNDO		3.745	3.345
Imóveis		82.742	82.394	SUPERÁVIT (Déficit) TÉCNICO ACUMULADO		13.645	11.180
Diretórios/Projetos/Outros		37.857	35.133				
		14.166	12.669				
<b>BENS DE USO PRÓPRIO</b>		<b>395</b>	<b>262</b>				

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	2002	2001
(+) CUSTOS/ÓRDENS	12.612	20.010
(+) BENEFÍCIOS	(29.957)	(21.613)
(-) RENDIMENTOS DAS APlicações	111.336	94.139
(+) RECURSOS LÍQUIDOS	<b>114.481</b>	<b>50.536</b>
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(6.707)	(1.703)
(-) UTILIZAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	9.425	1.317
(-) UTILIZAÇÃO DOS COMPROBÍGIOS COM		
PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(101.137)	(91.283)
(-) UTILIZAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(209)	(631)
(+) SUPERÁVIT (Déficit) DO EXERCÍCIO	<b>12.833</b>	<b>(38.747)</b>

### Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A rentabilidade geral da FIBRA, gerida pelo ativo sob gestão da Total Informações Financeiras (mais ou menos 51% de 25,28%), apresenta potencial à vista atual de 10,29% (1,24% + 0% de taxa de inflação de 1,0% e 21,13% (parte fixa + 6% ao ano).

### Comentários sobre o CUSTEJO ADMINISTRATIVO do Plano:

A custódia das despesas administrativas no exercício de 2002 representou 10% das despesas previstas.

14,13% - se considerarmos todas as despesas administrativas, ou 10,95% (20% das despesas administrativas, corrigidas pela inflação administrativa, que leva à 15% das despesas previstas).

5,05% - se considerarmos o critério previsto para liquidação quanto ao cumprimento das despesas administrativas (20% da parte fixa de investimentos financeiros realizados pela Fundação de Investimentos da Credicorp para a realização das operações no total de 15%).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001  
(valores expressos em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Fundação Itaipu - FIBRA, de Previdência e Assistência Social - FIBRA, entidade patrocinada pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica da direta internacinal) e pela própria entidade, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria n.º 4.367, de 30 de novembro de 1998, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

De acordo com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda e título de lucro ou participação no resultado; aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a execução de suas receitas e despesas em laços financeiros capazes de assegurar a sua execução.

No âmbito das suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, complementar os benefícios previdenciários a que têm direitos os participantes e respectivos dependentes, nos termos da regulamentação e do seu plano de benefícios e de custos.

O Plano de Benefícios da FIBRA é único e pertence à modalidade de "Benefício Definitivo", tendo como principal objetivo, complementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às cotândas previstas pelo regulamento.

- Os benefícios acionados pelo plano de benefícios da FIBRA são os seguintes:
  - Complementação de aposentadoria por tempo de serviço
  - Complementação de aposentadoria por invalidez
  - Complementação de aposentadoria por velhice
  - Complementação de aposentadoria especial
  - Complementação de pensionamento
  - Complementação de auxílio-redução
  - Auxílio-funeral por morte de dependente
  - Abono anual

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstos pelo regulamento.

Como a entidade administra diretamente um plano de benefícios, a estrutura de gestão dos investimentos é realizada diretamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão em conformidade com a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 5 e alterações posteriores.

Essas demonstrações não representam a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e incluem a totalidade das ativas e passivos das operações de benefícios tramitados pela entidade.

Para efeito de comparação, houve a necessidade de adequação dos saldos do exercício de 2001, para compatibilizá-los com as alterações introduzidas para o exercício de 2002, na padronização contábil das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, atendida pela Resolução CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002.

### 3 Resumo das principais práticas contábeis

#### (a) Apuração de resultados

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

#### (b) Programa de investimentos

##### • Renda fixa e renda variável

Considerando as disposições da Resolução do CGPC nº 4/02, no 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em (I) Títulos para negociação quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e (II) Títulos mantidos até o vencimento, quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos encarteiro até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (II) acima, são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reportados em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (II) acima, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Em 2001, os títulos de renda fixa foram avaliados ao custo da aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, baixados de provisão para restação ao seu valor de realização, quando aplicável.

#### • Investimentos imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por avaliação efetuada no exercício de 2002, suplementada por lucros líquidos, menos depreciação acumulada, conforme determina a Resolução nº 05, de 30 de junho de 2002, do CGPC. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis tenavados.

#### • Operações com participantes

Regista as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). Estas operações são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 12% ao ano.

#### • Provisão para perdas

Correspondendo considerando avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial de considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

#### (c) Ativo permanente

Avaliada pelo custo de aquisição e/ou reservação e considerando:

Depreciação de acordo com a vida útil estimada dos bens, calculada pelo método linear;

Amortização do imóvel, pelo prazo de 5 anos.

#### (d) Exigível operacional e contingencial

São demonstrados por valores corrigidos ou calculados, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações retroativas incorridas.

Em 31 de dezembro de 2001, o exigível contingencial está demonstrado pelo valor das provisões estabilizadas para Imposto de Renda - IRPF e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, do Programa de Investimentos. Em 31 de dezembro de 2002, os valores registrados no exigível contingencial relativos a IRPF, IOF, PIS e Cofins dos Programas Administrativo e de Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados liquidos das suas

respectivos depósitos judiciais.

A entidade optou pelo Regime Especial de Tributação - RET, conforme Medida Provisória MP 2.222 de 4 de setembro de 2001, e vem depositando o IRRF judicialmente à alíquota de 20%, sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora (nota explicativa 6).

#### **Provisões matemáticas**

- (e) As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas, em bases atuariais, segundo cálculos de custo por atuário extremo contratado pela entidade e representam, no final de cada período, as compromissos assumidos relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários. A tábua biométrica de mortalidade utilizada é a AT-99. As provisões matemáticas foram reavaliadas pelo atuário responsável na data base de 31 de dezembro de 2002.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os referentes a aposento reduzido e funeral, que formam resultados pelos métodos de capital de cobertura e repartição simples, respectivamente. A estrutura de crédito atuarial contempla aumentos salariais de 3,81% ao ano e taxa laxa de retorno dos investimentos à taxa de 6% anual após descontados os efeitos da inflação.

#### **Benefícios concedidos**

- \* A previsão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios no plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

#### **Benefícios a conceder**

- \* A previsão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras, conforme descrito a seguir:

(I) os benefícios do pleno com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada;

(II) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, cujo prazo de vigência indeterminado, se serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se finais e quaisquer contribuição cujo incômodo dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

#### **Reservas a amortizar**

- \* Correspondem à parcela de reserva a constituir relativa ao tempo de serviço anterior e que está sendo integrada por taxa suplementar sobre a base de salários dos empregados da patrocinadora, a vigorar durante 480 meses a contar da data da constituição da entidade, em abril de 1988, e amortizada pelo mesmo prazo.

Apesar dos estudos atuariais indicarem para a possibilidade de redução da hipótese de produtividade de 2% ao mês para 1% ao ano, conservadoramente, a exemplo de anos anteriores, foi mantida a hipótese de 2% ao mês que, agregada ao componente mérito pessoal, compõe o total da projeção de crescimento real de salário ao longo dos anos futuros.

#### **(f) Fundos**

##### **• Programa administrativo**

###### **Permanente**

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente, sua finalidade é segregar os recursos do programa administrativo dos recursos do programa previdencial, com o objetivo de restringir o risco ligado ao gerenciamento das provisões matemáticas.

###### **Financeiro**

A contribuição para atender aos gastos administrativos da FIPRA, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições da patrocinadora (TAPIU financeira) para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras entre esse limite e o valor efetivamente realizado são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo para destino futuro.

##### **• Programa de investimentos**

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor das empréstimas contraídas pelos participantes que vierem a falecer ou a ficar inválidos, bem como para quitar débitos previdenciários.

#### **(g) Transferências interprogramas**

##### **• Programa de investimentos**

As receitas das investimentos mensais (cotação monetária, juros, deságio, prêmios, dividendos, lucros da venda, etc.), descontadas das despesas (Imposto de renda, IOF, prejuízos na venda, aluguel, etc.), são transferidas para os programas previdencial e administrativo.

##### **• Programa previdencial**

Os valores registrados como despesas administrativas no programa administrativo, são cobertos por contribuições específicas transferidas mensalmente do programa previdencial.

##### **• Programa administrativo**

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações de fundo administrativo disponível, além dos valores transferidos do programa previdencial para cobertura das despesas administrativas.

#### **(h) Custeio administrativo**

As despesas administrativas não contabilizadas no programa administrativo, e à importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2002 representou, do total das receitas previdenciárias:

- \* 14,12% - se considerarmos todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobrecarga administrativa (certidão conciliatória);
- \* 9,05% - se considerarmos o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração do programa de investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificar o cumprimento da limitação de 15%).

4 Realizável		2002	2001
(a) Programa previdencial			
Recursos a receber:			
Contribuições normais	2.847	2.539	
Patronadora	2.940	2.526	
Autofinanciados	7	13	
Contribuições extraordinárias - patronadora	305	324	
	3.217	2.863	
(b) Programado de investimentos			
Títulos para negociação Renda Fixa e Renda Variável	2002	2001	
Custo	Custo		
histórico	Valor de	histórico	Valor de
de aquisição	mercado	de aquisição	mercado
<b>Renda fixa</b>			
Certificados de recebíveis imobiliários		4.792	5.102
Debêntures		10.749	21.899
Letras Fiscais do Tesouro - LFT	2.100	2.198	901
Letras do Tesouro Nacional - NTN			2.716
Notas do Tesouro Nacional - NTN		1.514	1.714
Fundos de renda fixa	95.663	128.548	288.189
	97.763	130.046	310.565
			392.966
<b>Renda variável</b>			
Quotas de fundos de ações	15.150	22.371	
Fundos de invest. em ações	40.997	60.371	65.066
	56.147	82.742	65.066
	153.990	213.588	304.431
			475.368
<b>Títulos mantidos até o vencimento: Renda Fixa</b>	<b>2002</b>		
	Custo		
	Histórico	Custo	
	de aquisição	atualizado	
Certificados de recebíveis imobiliários		4.047	5.875
Debêntures		17.517	23.300
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		48.291	55.132
Notas do Tesouro Nacional - NTN		1.417	2.242
Fundos de renda fixa	151.592	234.600	
	222.864	321.185	
Os títulos e valores mobiliários de renda fixa possuem os seguintes vencimentos:			
	Períodos até o		
	vencimento	Total	
Mé 60 dias	60.208	735	60.943
De 61 a 180 dias	80.940	17.531	98.471
De 181 a 360 dias	2.827	44.398	46.425
Acima de 360 dias		246.192	246.192
	143.175	300.056	452.031

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado.

(I) Os títulos e valores mobiliários de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Itaú S.A.

(II) Os títulos e valores mobiliários componentes da carteira própria, classificados como Títulos para negociação, geraram um descrevimento no resultado do exercício no montante de R\$ 418.

A FIBRA, por intermédio das Resoluções do Conselho de Diretores nº 5, de 22 de maio de 2002 e nº 13, de 16 de setembro de 2002, aprovou os termos do acordo entre os credores e o Estado de Alagoas, exigidos por aquele Estado para que o mesmo acelere a implementação do contrato entre a União, FIBRA e o Estado de Alagoas, previsto nas Resoluções do Senado Federal nº 35/2000 e nº 53/2002, habilitando a FIBRA ao recebimento de créditos referentes aos títulos de Alagoas através de trânsito portátil federal.

Após adotar os procedimentos administrativos e judiciais necessários à operacionalização, o acordo foi assinado em 27 de setembro de 2002 e, na sequência, implementado o contrato com a União, culminando com o recebimento, por parte da entidade, de R\$ 33.690 em Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT.

Os títulos foram emitidos em 96 lotes com vencimentos mensais e consecutivos a partir do mês de novembro de 2002, sendo 95 lotes de R\$ 350 e um lote de R\$ 440. Todas as parcelas serão atualizadas com base na taxa SELIC, acumulada até a data de cada vencimento.

O detalhamento dos valores envolvidos no acordo, bem como as reificações nas demonstrações financeiras da entidade em 2002, estão demonstrados a seguir:

LFT - II emitidas pela União, decorrentes do contrato firmado	53.258
(-) LFT - II repassadas ao Estado de Alagoas, decorrente do acordo	(19.560)
Créditos confirmados a receber previstos no acordo	2.930
(-) Prêmio para penha dos créditos a receber	(2.930)
	33.690

#### • Investimentos imobiliários

A entidade procedeu, em dezembro de 2002, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo da avaliação das peritas independentes "EBRAPE - Empresa Brasileira de Avaliação de Patrimônio e Engenharia Ltda". O método avaliativo utilizado foi o "Método comparativo de dados de mercado", fundamentado em ampla pesquisa do mercado e envolvimento, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exercem influência no valor. O resultado dessa reavaliação, em 31 de dezembro de 2002, está a seguir demonstrado:

	Valor contábil	Valor Líquido	reavaliado	Diferença
Terrenos	11.260	12.053	793	
Edificações para uso próprio	699	804	105	
Edificações locadas à patronadora	5.355	6.171	816	
Edificações para renda	16.978	18.539	1.561	
	34.284	37.567	3.283	

O saldo acima não inclui o valor de R\$ 250 referente a aluguel a receber.

O ganho apurado entre o confronto dos valores reavaliados e os valores contábeis líquidos, foi incorporado aos saldos dos investimentos imobiliários, a crédito de receitas do Programa de Investimentos. Os ativos reavaliados passarão, a partir de janeiro de 2003, a ser depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no relendo lucro de avaliação, como segue:

	Vida útil Remanescente	Taxa anual de depreciação - %
<b>Edificações</b>		
Edificações de uso próprio e locado a patrocinadoras		
Edifício Governador Pará de Souza - Curitiba - Pr	35 anos	2,05
<b>Edificações para renda</b>		
Bairro Centro Comercial Itália - Curitiba - Pr	40 anos	2,50
Gloria 27/A Coordenadoria Faz do Iguaçu - Pr	40 anos	2,50
Gloria 27/B Ex-Cobal Faz do Iguaçu - Pr	25 anos	4,00
Quacra 05 Colégio Faz do Iguaçu - Pr	40 anos	2,50
Quacra 30 Itamor Faz do Iguaçu - Pr	40 anos	2,50

#### • Plano de enquadramento de Terrenos

Em atendimento ao disposto na Resolução do Banco Central do Brasil M/CEN nº 3.002, de 25 de julho de 2002 e Instrução Normativa SPC nº 42, de 21 de outubro de 2002, a entidade encaminhou à SPC Plano de Enquadramento, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Coradores, para adequação ao limite de investimentos em terrenos, pois suas aplicações de recursos em terrenos estão em limite superior ao aceito na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.825.

O cronograma de execução do plano de enquadramento prevê ações que devem ser desenvolvidas no prazo de 180 dias, sendo obrigatório o envio aquele à direção governamental de relatórios trimestrais elaborados pela Diretoria Executiva da Fundação e relatórios dos auditores independentes do acompanhamento da execução dos planos de enquadramento, destacando as providências tomadas, comparativamente com o que havia sido previsto no plano de enquadramento.

#### Auditória de gestão dos investimentos

Para cumprir a Resolução nº 2.029, de 30 de março de 2001 e as alterações da Resolução nº 2.050 de 2001, ambas do Banco Central do Brasil, foi realizada auditoria de gestão dos investimentos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade.

#### Demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos

	2002	2001
Renda fixa	<b>452.031</b>	<b>392.966</b>
Títulos de responsabilidade do governo federal	57.375	5.459
Ações em instituições financeiras	371.398	365.608
Títulos de empresas	23.308	21.899
Renda variável	<b>82.742</b>	<b>82.394</b>
Fundos de investimentos	82.742	82.394
Investimentos imobiliários	<b>37.857</b>	<b>36.133</b>
Imóveis	32.053	11.259
Edificações	25.004	23.074
Operações com participantes	<b>14.165</b>	<b>12.609</b>
Empréstimos	14.165	12.609
Total do programa de investimentos	<b>586.796</b>	<b>523.102</b>
(*) Depósitos judiciais efetuados no exercício IRRF, PIS e COFINS		
	48.118	

#### 5 Exigível operacional

	2002	2001
Programa de investimentos		
Operações com participantes	18	16
Relacionadas com títulos (nota explicativa 6)	612	694
Honorários advocatícios	794	0
Outras exigibilidades	40	0
	<b>1.414</b>	<b>710</b>

#### • Honorários advocatícios e aspectos jurídicos

Uma vez verificada que o sucesso no recebimento dos valores referentes à dívida mobiliária do Estado de Alagoas pela entidade se deu, à luz dos riscos introduzidos pelo teor da Resolução nº 53/2002 do Senado Federal, que estabeleceu "caso haja manifestação final da justiça pela invalidade dos títulos, ficam os credores obrigados a restituí-los ao Estado de Alagoas, de imediato, a valor por eles recebido da União", ainda que estes riscos tivessem sido avaliados como irrelevantes pela possibilidade de composição com créditos constituidos no a combinar, decorrentes de ações judiciais movidas pela FIBRA e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas quando do acordo, a FIBRA optou por manter a firma presidente e pró-ativa, mantendo mobilizada a estrutura jurídica que abriu na primeira fase de implementação da solução de recebimento dos valores, dentro da mesma previsão original de 6,5% de honorários advocatícios.

Do valor de R\$ 2.189 previstos de honorários, já integralmente provisionado no balanço, R\$ 1.393 foram pagos no exercício de 2002, e o saldo restante será pago conforme previsão contratual.

#### 6 Exigível contingencial

	2002	2001
Provisão constituida		
IRRF	47.064	55.144
PIS	0	693
PIS/COFINS	1.054	0
	<b>48.118</b>	<b>55.837</b>
Depósito judicial	(48.118)	0.000
	0	55.837

#### Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

A entidade impetravou ação judicial pleiteando o não pagamento do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos auferidos de operações financeiras. O processo iridatamente julgado favorável à entidade encerrou-se no Supremo Tribunal Federal - STF, aguardando julgamento final.

No exercício de 2001, a Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001 estabeleceu, dentre outras alterações na legislação até então em vigor, as seguintes disposições que afetam diretamente as entidades fechadas de previdência complementar:

(a) Cria o Regime Especial de Tributação - RET, que estabelece alíquota de 20% de imposto de renda sobre os rendimentos auferidos pela entidade, limitado a 12% das contribuições das patrocinadoras. As entidades que optarem pelo RET, pagão 30, trimestralmente, o imposto sobre cada uma nova base de cálculo; enquanto que, as entidades que não optarem pelo RET serão tributadas pela legislação atual.

(b) Estabeleceu que os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, relativos aos últimos 5 anos, ou seja, relativos ao período de 1º de janeiro de 1997 a 31 de agosto de 2001, poderiam ser pagos, por

epção das entidades, pelos seus valores originais, sem juros ou multas, parceladas em 6 vezes a partir de 31 de janeiro de 2002, mediante a desistência das ações judiciais relativas a estes tributos.

Funcionamento em parecer de seis assessores jurídicos, a entidade interpus ação cautelar relativa ao IRPF, tendo obtido liminar judicial que objetiva possibilitar:

Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP 2.222, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória. Como a entidade mantinha previsão atualizada para imposto de renda, os valores relativos aos encargos, no montante de R\$ 11.750, foram revertidos do exigível contingencial.

Depositar judicialmente os valores de IRPF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a a fórmula descrita no RET.

Continuar questionando judicialmente a incidência do IRPF, sob as alegações de outras teses, tais como: a instituição não incidência, economia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Não eventualidade de não ter os seus pleitos atendidos pelo Poder Judiciário a entidade irá requerer a desistência de todos os ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direita sobre os quais se fundam as referidas ações, com a consequente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Em 29 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto na referida Medida Provisória e na 3M da Secretaria da Receita Federal nº 125, de 25 de janeiro de 2002, a entidade protocolou o termo de ratificação da opção ao RET, já formalizado em termo protocolado na Delegacia da Receita Federal da Curitiba em 31 de dezembro de 2001.

#### **Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF**

Em 2002, a entidade desistiu da ação que visava o não pagamento de IOF para beneficiar-se da anistia prevista na MP nº 2.222.

#### **PIS e COFINS**

A FIBRA vinha recebendo o PIS utilizando como base de cálculo a fórmula de pagamento dos seus empregados com a alíquota de 1%, não sendo efetuado qualquer recálculo a título de COFINS.

Em função da MP nº 2.222, o baseado em pareceres jurídicos, a FIBRA interpu ações judiciais, obtendo liminar que permitia depósito judicial dos valores referentes à anistia, ou seja, de 1º de janeiro de 1997 a agosto de 2001, para o PIS, e fevereiro de 1999 a agosto de 2001, para a COFINS, assim como para os mesmos fatos geradores a partir do mês de agosto de 2001.

Em 4 de julho de 2002, pela IN nº 170, a Secretaria da Receita Federal apresentou uma fórmula diferente daquela utilizada para o cálculo dos valores do PIS e COFINS o que demandou novas ações judiciais, exigindo depósitos judiciais complementares.

A MP nº 66, de 26 de agosto de 2002, permitiu a exclusão dos rendimentos de ajuizés e das reavaliações da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito a partir da data de sua publicação, permitindo que a FIBRA voltasse a efetuar os depósitos judiciais do PIS e COFINS utilizando como base as receitas administrativas e os rendimentos produzidos pelo fundo administrativo.

#### **Revisão de provisões**

Os valores provisionados e posteriormente depositados judicialmente pela entidade foram revisados por auditoria independente então indicada pela patrocinadora ITAIPU Binacional para realizar auditoria de balanço, que foi posteriormente contratada pela entidade para revisar as provisões de tributos.

#### **7 Exigível atuarial**

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2002, e respectiva movimentação no exercício findo nesta data é a seguinte:

	2002	2001
<b>Provisões Matemáticas</b>		
Benefícios Concedidos	331.591	275.362
Benefícios em pleno	331.591	275.362
Benefícios a Conceder	299.248	226.814
Benefícios de pleno com a geração atual	495.823	395.047
(-) Outras contribuições da geração atual	(196.075)	(169.233)
<b>(-) Provisões Matemáticas a Constituir</b>		
Serviços passados		
Reserva a amortizar	(42.200)	(34.154)
	560.139	460.022

A FIBRA possui somente um plano de benefícios, tendo a ITAIPU e FIBRA como patrocinadores, sendo que a massa de participantes está vinculada a um único plano, com isso o atuário independente, responsável pelos cálculos atuariais, não calcula reserva por patrocinador e sim por plano.

Amortização das provisões matemáticas no período foi:

No início do exercício	460.022
Constituição no exercício de 2002	101.117
Saldo no final do exercício	560.139

#### **Auditória de Benefícios e Atuarial**

A entidade contratou empresa especializada para efetuar as auditórias atuarial e de benefícios nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2002.

Na auditoria de benefícios foi verificada a adequação da concessão e manutenção de benefícios ao regulamento do plano e à legislação, sendo que na amostra selecionada não foi detectada divergências ou equívocos nos processos de concessão e de manutenção de benefícios.

Na auditoria atuarial, foram verificadas, principalmente, a adequação das hipóteses biométricas, o ritmo de capitalização frente às necessidades do plano, o custeio administrativo, a solvência do plano em longo prazo e a metodologia de cálculo das cotações atuariais. A empresa contratada, concluiu pela consistência dos dados cadastrais e das hipóteses atuariais e destacou a existência de um pequeno déficit técnico, em 31 de dezembro de 2001, que ao longo do exercício de 2002 foi plenamente revertido.

#### **8 Equilíbrio técnico**

Representam os resultados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados.

#### **9 Fundos Programa administrativo**

A constituição nos exercícios findos em 31 de dezembro, foi efetuada da seguinte forma:

	2002	2001
Fundo administrativo permanente	395	263
Saída inicial	263	243
Constituição	132	20
Fundo administrativo financeiro	2.811	2.670
Saldo anterior	2.670	1.966
Subexigência administrativa da exerceção	4.708	4.112
Outras receitas administrativas	34	3
Despesas administrativas da exerceção	(4.671)	(3.705)
Remuneração do fundo	676	315
Reversão do fundo administrativo financeiro	(122)	(20)
Constituições de contingências PIS/COFINS	(534)	
Saldo dos fundos do programa administrativo	3.266	2.933

#### 10 Débito da patrocinadora no caso de retirada hipotética

De acordo com a nota técnica atuarial de atuário independente, a reserva matemática em 31 de dezembro de 2002, caso devolva a retirada hipotética da Patrocinadora, calculado conforme a interpretação da Resolução CPCN 06/00, alcançou o valor de R\$ 571.122, feita dentro de princípio de "Benefícios com direitos já acumulados", avaliada retirando-se a projeção de crescimento real de salário e considerando-se o "lívrever" nula.

MARCELO A. SCHWAB  
Dir. Superintendente

BOLVIO R. R. SILVEIRA  
Dirutor Atm. e Financeiro

HELSOMI STELMAKUK  
Dirutor de Seguridade

EURNELSON DE J. HALZER  
Circun. CIC 22600/PR

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Participantes e Patrocinadores:  
Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA

Examinamos o balanço patrimonial da Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social, FIBRA em 31 de dezembro de 2002 e as correspondentes demonstrações de resultados e de fluxo financeiro da exerceção fundo nessa data, elaboradas sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras. A determinação da composição das reservas técnicas e dos fundos foi conduzida sob a responsabilidade de consultor atuarial externo à exerceção, e nesse parecer, no que se refere à determinação da composição do exigível atuarial e fundos, está baseado exclusivamente no parecer desse consultor.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento das tratativas, considerando a relevância das saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Com base em nosso exame e no parecer do consultor atuarial externo, como referido no próximo parágrafo, somos de parecer que as demonstrações

financeiras por nós examinadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA em 31 de dezembro de 2002 e o resultado das operações e a fluxo financeiro da exerceção fundo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

O exame das demonstrações financeiras do exercício fundo em 31 de dezembro de 2001, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 1º de fevereiro de 2002, sem ressalvas.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 25P008 L60/0-5-77 PR

Pedro Otávio Predeus  
Sócio  
Escritório: CRC LEP/0133/L0-3'ST'PR

Carlos Alexandre Peres  
Ditador  
Carteira CIC 1519815/0-775-30

## PARECER ATUARIAL

1) A situação financeiro-atuarial da FIBRA, em 31/12/2002, utilizando-se as mesmas hipóteses e os mesmos regimes atuariais de financiamento adotados na avaliação atuarial da exerceção de 2001, apresentou um supravalor técnico de R\$ 15.645.044,00, equivalente a 2,68% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 584.784.057,43. Devemos destacar que, através de estudo elaborado ao longo de 2002, levando em consideração a recuperação salarial ocorrida ao longo do ano de 2001 e o período de avaliação salarial de Novembro de 1994 a Novembro de 2002, concluímos que, além de componente mérito pessoal, a produtividade geral média, levantada nesse período pelo expressar essa segunda componente do crescimento real de salário, foi avaliada em 1,07% ao ano, sendo que, se tivesse sido adotada essa produtividade, a situação financeiro-atuarial da FIBRA, em 31/12/2002, seria de um Supravalor Técnico de R\$ 42.232.712,23, equivalente a 7,22% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 584.784.057,43.

2) Portanto, os resultados, aqui considerados, para expressar as Provisões Matemáticas da FIBRA, em 31/12/2002 e, consequentemente, a situação financeiro-atuarial do Plano Previdenciário, por ela gerenciado em favor das empregadas e ex-empregados participantes (e respectivas dependentes) da ITAIPU BINACIONAL e da FIBRA, representa, no que se refere à hipótese de crescimento real de salário, tornando por base o referido estudo realizado por nossa Consultoria Atuarial Independente, uma posição conservadora. A bilhete de ilustração destacamos que, em média, agregando a componente mérito pessoal com a produtividade geral de 2% ao ano, o crescimento real projetado de salário alcança um total próximo dos 4% ao ano, enquanto que, agregando a componente mérito pessoal com a produtividade geral de 1,07%, o crescimento real projetado de salário alcança um total próximo de 3% ao ano, que, no contexto, representa uma hipótese plenamente razoável, agregando a componente mérito pessoal com a produtividade geral de 1,07%, o crescimento real médio projetado de salário alcança um total próximo de 3% ao ano, que, no contexto, representa uma hipótese plenamente razoável.

3) Ao longo do tempo, com base na metade oggi apresentada no IM/2435/2002 de 25/10/2002 e em suas atualizações, será acompanhada a tendência do crescimento real de salário devido à produtividade geral com a finalidade de se trabalhar de forma segura e realista nas avaliações atuariais da situação atuarial do Plano Previdenciário da FIBRA.

4) O custo normal, expresso em percentagem da folha de remuneração mensal, na posição de 31/12/2002, mantida a mesma hipótese de crescimento real de salário do exercício de 2002, apresentou um acréscimo de 9,39% em relação ao vigente. Em princípio, por ser superior ao marco estabelecido por esta consultoria de 5%, acarretaria um ajuste nas contribuições normas atuariais, independente da situação financeiro-atuarial do Plano estar superavitária ou deficitária. No entanto, caso fosse adotado o nível de produtividade geral anual obtido com base no estudo atuarial referido anteriormente (1,07% no ano no lugardos 2,01% no ano anterior) ad longo prazo custo normal revisado e o custo normal vigente se reduzir para apenas 1,93%, não necessitando de ajuste nas contribuições dos Participantes Ativos. Sobre apontar que a FIBRA, em conjunto com a Patrocinadora, ao longo do 1º semestre de 2003, analisasse com toda a profundidade o que melhor corrigir a êmbara entre o aumento da contribuição dos participantes ativos em 12,1830%, dos níveis atuais, dentro dos limites regulamentares; o ajuste do índice de produtividade para o crescimento real de salários de 2,00% para 1,07%, baseada em hipótese realista e segura proposta por esta consultoria; ou, as duas hipóteses em conjunto, de forma equilibrada, para que o aumento de contribuições não produza impacto significativo nos participantes ativos.

NOTA: i) Caso a FIBRA decidisse pela implementação imediata do acréscimo na contribuição dos participantes ativos de 12,1830%, o valor da Provisão de Benefícios a Conceder seria reduzido em R\$ 7.464.315,76 e, consequentemente, o Superávit Técnico seria elevado em igual valor, somando por base a data de avaliação de 31/12/2002.

ii) Caso a ação for pela redução do índice de produtividade de 2,01% para 1,07%, o valor da Passiva Atuarial (Provisões Matemáticas) se reduziria em R\$ 26.587.698,23.

iii) E, no caso de unir-se por um aumento médio em torno de 6,00% nas contribuições dos Participantes Ativos e uma diminuição de 0,5% no índice de produtividade do crescimento salarial, a redução do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) seria da ordem de R\$ 17.531.400,22.

5) Deveremos destacar que a FIBRA possui em cartas-papéis que levará até o vencimento com taxas atreladas à inflação, com "spread" superior à meta atuarial de rentabilidade de 6%, cuja registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC nº 04/2002 de 30/01/2002, está sendo feito pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos (impactando no resultado do exercício), ou seja, sem utilização da facultade prevista no artigo 5º da referida Resolução, de registrar a diferença entre o valor presente apurado na forma do citado artigo 3º e o valor presente calculado à taxa de conta utilizada na última avaliação atuarial. A capacidade financeira relativa à adoção de procedimento de registro dos títulos classificadas como "títulos mantidos até o vencimento" pelas respectivas custas de aquisição acrescidas dos rendimentos auferidos (impactando no resultado do exercício) se baseia na fato de que o perfil traçado pela área de investimentos responsável por este Plano da FIBRA leva em consideração os fluxos de receitas e de despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos futuros que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

NOTA: Vale destacar que a FIBRA poderia estar apropriando o correspondente a aproximadamente R\$ 10,5 milhões (base 31/12/2002) no seu resultado, conforme nosso Parecer apresentado no 3M/2482/2002 de 31/10/2002, caso adotasse os procedimentos estabelecidos no artigo 5º e não os estabelecidos no artigo 3º da Resolução CGPC/MPAS nº 04/2002. Porém, a FIBRA, de forma conservadora, optou por não realizar tal apropriação.

6) Ao longo de 2002, as Provisões Matemáticas, avaliadas com base na inclusão do Salário Ideal de Benefício, continuaram a sofrer as repercuções já previstas no DIBA do exercício de 2001, das mudanças pessoais concedidas pela

Patrocinadora ITAMPU em janeiro de 2000 e outubro de 2001, bem como da elevação, ocorrida no ano 2000, da gratificação de férias de 60% para 100% sendo que, basicamente por tal motivo, as Provisões Matemáticas avaliadas no encerramento do exercício de 2002 alcançaram o valor de R\$ 569.139.013,42, enquanto que a projeção por recorrência das Provisões Matemáticas para 31/12/2002, sem incorporar tais repercuções, obtida a partir do valor das Provisões Matemáticas de encerramento do exercício de 2001, adotando juros reais equivalentes a 6% acréscimo do indexador econômico correspondente ao IIPC do IBGE, alcançou o valor de R\$ 556.183.410,12.

NOTA: No item 9 (NOTA 2) a maior parte da diferença entre as Provisões Matemáticas revisadas anualmente em 31/12/2002 e as Provisões Matemáticas recentes projetadas para essa mesma data está explicada, ou seja, o correspondente a R\$ 10.560.110,40 dos R\$ 12.955.603,30 (igual a R\$ 569.139.013,42 menos R\$ 556.183.410,12).

7) Os resultados líquidos obtidos nas aplicações financeiras da FIBRA no longo de 2002 conduzem a uma rentabilidade nominal líquida de 25,39% (IIPC do IBGE + 11,42%) encerrada pelo método da Taxa Interna de Retorno - TIR, a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, superior à meta atuarial de rentabilidade nominal líquida prevista de 19,29% (igual ao IIPC do IBGE aplicado com 1 mês de desfasagem e crescendo de juros reais equivalentes a 6% ao ano). Se, na meta atuarial de rentabilidade nominal líquida, substituirmos o IIPC do IBGE pela variação do Salário de Participação Médio dos participantes ativos existentes em novembro de 2001 e que continuavam nessa condição em novembro de 2002, obtém-se como meta atuarial de rentabilidade nominal líquida do ano de 2002 o correspondente a 21,73%, percentual também inferior à rentabilidade nominal líquida obtida neste ano de 25,39%.

II) Fato relevante é o do levantamento realizado ao longo de 2002 pela DELOITTE a inadimplência de benefícios e a auditoria atuarial da FIBRA relativos à avaliação atuarial praticada em 31/12/2001, apresentada no DIBA do exercício de 2001 datado de 01 de fevereiro de 2002, com as seguintes conclusões:

#### Auditória de Benefícios:

Na amostra selecionada não foram detectadas divergências ou equivalentes nos processos de cálculo e de manutenção de benefícios.

#### Auditória Atuarial:

Conduziu pela consistência dos dados cadastrais e das hipóteses atuariais e destacou a existência de um pequeno Déficit Técnico, em 31/12/2001, refletido no referido DIBA do exercício de 2001, que, ao longo do exercício de 2002, foi plenamente revertido, conforme demonstra a existência de um Superávit Técnico, em 31/12/2002, no valor de R\$ 15.545.044,00, equivalente a 2,68% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 584.784.057,43, obtida utilizando as mesmas hipóteses e os mesmos regimes atuariais de financiamento adotados na avaliação atuarial anual de 2001.

9) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e do Ativo Líquido do Plano nas suas principais componentes, comparado com o ano 2001, tem as seguintes alterações:

Referência	31/12/2002	31/12/2001	Variação
Prévia de Benefícios Atuariais	51.931.931,04	275.362.412,47	-223.430.477,43
Prévia de Benefícios e Lucros	295.748.452,52	220.613.985,29	+75.134.467,23
Prévia Atuariais e Lucros	142.300.310,81	134.133.981,68	+8.168,13
Prévia Atuariais (Nº 990 e 1000)	565.118.223,81	566.012.444,03	-7.820,22
Resultado Técnico*	15.645.044,00	(1.158.491,01)	-
Ativo Líquido Total	584.784.057,43	465.414.055,52	+125.372,91

\* Se positivo é Superávit, se negativo é Déficit

**NOTA 1:** Na evolução anual da Provisão de Benefícios Concedidos Infel, não apenas o resgate coletivo dos benefícios concedidos aos associados, bem como a movimentação de entradas e saídas de pessoas em benefício pelo Plano, ainda, neste ano, as entradas superaram, mas uma vez as saídas, e logoem os desvios entre o previsto com base nas hipóteses atuariais é o efetivamente ocorrido.

**NOTA 2:** A cada resvaliação atuarial anual, caso a constituição nominal vigente não a suportar a partir do inicio do ano seguinte não seja igual ao valor do constituição nominal reavaliado, é procedida um ajuste para maior ou para menor no valor da Provisão (Matemática) de Benefícios a Conceder Igual à diferença entre o custo nominal reavaliado e o custo nominal vigente multiplicada pelo valor atuarial da remuneração a ser recebida pelos participantes ativos ao longo do período que resta para preencherem as condições para se aposentar por tempo de contribuição (serviço) ou idade (velocidade) de forma plena por este Plano Previdenciário da FIBRA. O ajuste na resvaliação atuarial do exercício de 2002 em relação à resvaliação atuarial do exercício de 2001, acarretou um ajuste a menor de quase realizado no exercício de 2001 de ordem de R\$ 10,0 milhões ou US\$ 31,8 milhões. Outro aspecto a considerar é que, na evolução da Provisão (Matemática) de Benefícios a Conceder, infere-se não apenas os resultados concedidos pelos Petrochimicos ao seio dos seus empregados, mas também as contribuições normais estabelecidas no Plano de Custeio para participantes e para os Petrochimicos para a constituição das Provisões Matemáticas, bem como as movimentações de entradas e saídas de participantes ativos e os desvios entre o esperado com base nas hipóteses atuariais estatutárias e o efetivamente ocorrido.

10) A Provisão Matemática a Constituir do IIP 42.200.320,03, foi avaliada com base na base suplementar vigente de 2.32% aplicada sobre o valor atuarial de uma folha de salários correspondente a um quadro de pessoal em igual quantitativo que o atualmente existente, considerando uma projeção de crescimento real médio de salários ao longo dos anos futuros de 3,81% ao ano, uma taxa de desconto de 6% ao ano e um prazo de amortização, aprovado pelo CPC do MPAS quando do reconhecimento da FIBRA como Entidade fechada de Previdência Complementar, de 40 anos a contar de abril de 1983 (restam 303 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2003); e sua origem está no tempo de serviços passados aventureiros pelo Plano Previdenciário (por conta de Patrocínio), durante os quais não houve a correspondente contribuição previdenciária.

11) O total das Provisões Matemáticas, em 31/12/2002, considerando uma hipótese descontinuidade do Plano de Benefícios, de acordo com os bases iniciais documentadas da aplicação do disposto na Resolução CPC n° 08/88, dentro do princípio de "Benefícios com Direitos já Acumulados", havia tido sem considerar a projeção de crescer no real de salários sem considerar rotatividade ("turnover"), alcançando o valor de R\$ 571.121.569,99, plenamente coberta pelo Ativo Líquido, então existente, de R\$ 584.784.057,43.

12) Com inflação no item 11, é fundamental destinar que a descontinuidade do Plano de Benefícios de uma entidade fechada da previdência complementar no Brasil apresenta questões que ultrapassam os aspectos quantitativos avaliados no referido item, devendo ser analisada preventivamente, com a maior previdibilidade, em caso de vir a ocorrer.

13) Finalmente, com relação aos valores registrados como Privilégios Matemáticos de Benefícios Concedidos e a Concedor, como Provisão Matemática a Constituir e custo Superior Técnico (indicando o Equilíbrio Técnico do Plano), atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente fornecendo por meio dados contábeis e actuariais recomendados pela FIBRA e consistentes

razoáveis e lógicos por nossa Consultoria, utilizando as mesmas hipóteses e as mesmas regras atuariais de financiamento adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2001. Os dados ratificáveis foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial de exercício anterior, a qual submetemos à FIBRA para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2002.

JOSÉ ROBERTO MONTELLO

Atuário - MPAS, 426

000 de JANEIRO, 14 de fevereiro de 2003

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Presidência e Assistência Social, usando das atribuições que lhes confiram os Estatutos da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2002, e respectiva Demonstração do Resultado do Exercício e da Fluxo Financeiro, encerrados em 31 de dezembro de 2002, bem como as contas exato da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2002, e, embasados nas pareceres da Consultoria Atuarial José Roberto Montello Serviços Técnicos em Atuarial e Economia Ltda-e dos Auditores Independentes PriceWaterhouseCoopers, são de opinião que as auditorias peças contábeis representam adequadamente a posição econômica-financeira da Fundação, merecendo a aprovação do Conselho de Curadores.

Curitiba, 21 de fevereiro de 2003.

Alexandre dos Santos Pinto  
Presidente

Adriano Souza de Azevedo  
Consultor

Alfonso Pardini Junqueira  
Conselheiro

## PARECER DO CONSELHO DE CURADORES

O Conselho de Curadores da Fundação ITAIPU-BR de Presidência e Assistência Social - FIBRA, no uso de suas atribuições estatutárias, examinou o Relatório de Gestão e a prestação de contas constante do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração do Fluxo Financeiro, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002, devidamente acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes PriceWasserhouseCoopers, pelo Fazendeiro Atuarial da Consultoria Atuarial José Roberto Montello Serviços Técnicos em Atuarial e Economia Ltda e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, dos Estatutos da FIBRA, relativos ao exercício de 2002.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2003.

EDGAR CARLOS ECKELBERG  
Presidente

ANILTON JOSÉ BEAL  
Consultor

CONSTANCE ZAEYEN  
Consultora

EUNICE DE QUÍDRIOS WILBERG  
Consultora

JANDER ANTONIO SALVETI  
Consultor

MARCOS VENÍCIO BENTHUB LIMA  
Consultor

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Marcos Antonio Schwab - Diretor Superintendente  
Silvio Renato Rangel Silveira - Diretor Administrativo e Financeiro  
Nelson Stelmasuk - Diretor de Seguridade

**CONSELHO DE CURADORES**

Edgar Carlos Eckelberg - Presidente  
Constanze Zaeyen - Anilton José Beal  
Eunice de Quadros Wilberg - Jandir Antônio Balvedi  
Marcos Venício Benther Lima - Eleito pelos participantes ativos  
José Nogueira Athayde - Representante dos Aposentados

**SUPLENTES**

Luciana C. Lobo da C. Teixeira - Cristina A. Maranhão Gomyde  
Luiz Cesar do Rosário - Simone Freire Nicolau - Marcelino Pereira de Almeida  
Luiz Eduardo Guimarães Borges - Eleito pelos participantes ativos

**CONSELHO FISCAL**

Alexandre dos Santos Pacheco - Presidente  
Adriano Soares de Assis  
Sérgio Luiz Machado

**SUPLENTES**

Alfonso Parisi Júnior - Luiz Covello Rossi  
Edson Luis Sene - Eleito pelos participantes ativos

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Antonio Dilson Pereira - Coordenador  
Márcia Abreu de A. Buerger  
Sérgio de Paiva Whately - Silvio S. Melamed  
Giovanni Leiria da Silva - Eleito pelos participantes ativos  
Luiz Aparecido G. Salgado - Representante dos aposentados

